



Lesbianidade e Branquitude

Julia Aleksandra Martucci Kumpera¹

Resumo: Neste ensaio, realizo um exercício de reflexão sobre as imbricações entre lesbianidade e branquitude. A branquitude refere-se ao lugar de vantagem estrutural ocupado por pessoas brancas em sociedades racialmente segregadas, o que lhes confere poder material, político, simbólico e cultural. A partir das contribuições do pensamento lésbico contemporâneo e dos estudos sobre branquitude, analiso o lugar ocupado pelas lésbicas brancas no contexto brasileiro. Os debates suscitados apontam para a necessidade de conscientização do privilégio e responsabilização coletiva pelo racismo.

Palavras-chave: Lesbianidade; Branquitude; Colonialidade; Racismo.

Lesbianity and Whiteness

Abstract: In this essay, I carry out a reflection exercise on the imbrication between lesbianity and whiteness. Whiteness refers to the place of structural advantage occupied by white people in racially segregated societies, which gives them material, political, symbolic and cultural power. Based on the contributions of contemporary lesbian thought and studies on whiteness, I analyze the place occupied by white lesbians in the Brazilian context. The debates point to the need for awareness of privilege and collective accountability for racism.

Keywords: Lesbianity; Whiteness; Colonialism; Racism.

Introdução

Mi lesbianismo es la avenida que me ha permitido comprender mejor el silencio y la opresión, y sigue siendo el más claro recordatorio de que no somos seres humanos libres.

Cherríe Moraga

Em 1979, Cherríe Moraga escreveu um ensaio intitulado *La güera*, no qual reflete sobre os processos conflituosos e contraditórios de reconhecer-se como uma lésbica chicana embranquecida em território norte-americano. Sua motivação principal consistia em questionar como ela – e cada uma de nós, lésbicas brancas – internalizou o racismo e o classismo,

¹ Mestranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Graduada em História pela mesma instituição (2016). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: juliamkumpera@gmail.com.



oprimindo outras mulheres. A partir de sua experiência no movimento feminista, ela problematiza o nosso profundo silêncio perante a questão e o medo que nos atravessa de reconhecer o racismo enraizado, bem como a dificuldade em propor ações de autocrítica e de transformação das nossas práticas políticas (MORAGA, 1988).

O presente ensaio consiste em um exercício de reflexão sobre as imbricações entre branquitude e lesbianidade no contexto brasileiro, a partir das contribuições do pensamento lésbico contemporâneo e dos estudos sobre branquitude. Considerando que experiências de privilégio e opressão coexistem e se influenciam mutuamente, como argumenta Catherine Crisp (2014), pretendo compreender a tessitura desse nó para o caso das lésbicas brancas. Para isso, busco analisar o silêncio como arma que beneficia a branquitude, as heranças da modernidade colonial e, assim, aponto para a necessidade de responsabilização coletiva pelo racismo.

A branquitude consiste em um lugar de vantagem estrutural nas sociedades racialmente segregadas, de poder material, simbólico e cultural (SILVA, 2017: 28-30). No marco do sistema moderno-colonial, foi parte essencial do projeto histórico e geopolítico da América Latina, uma vez que sua construção permitiu a classificação da população e a determinação do referencial da humanidade (MARTÍNEZ, 2018, p. 4-5). Além disso, a branquitude possui o poder de representar-se e representar os outros, determinando a forma como serão vistos pelo restante da sociedade. Ao mesmo tempo, este poder permite representar os outros sem representar-se a si mesma, de modo que se torna “invisível”, um padrão não-dito.

Nesta direção, tomo emprestadas as palavras de María Tereza Garzón Martínez, para quem “produzir conhecimento feminista crítico à branquitude, localizando-se nela mesma, é um desafio necessário na produção de nossos próprios caminhos conceituais, dos dispositivos que explicam nossas genealogias e apostas políticas, sempre situadas e sempre em tensão” (2018, p. 9-10, tradução minha).

O silêncio como arma da branquitude

De volta à obra de Cherríe Moraga, a autora afirma que as mulheres tem medo de perceber como incorporamos valores de nossos opressores, voltando-nos contra nós mesmas e contra as outras. Temos medo de admitir quanto do mundo masculino nós internalizamos (MORAGA, 1979, p. 25-26). De forma aparentemente contraditória, esse medo reitera uma posição acomodatória, resignada e condescendente, que dispensa a necessidade de revermos

privilégios, assumirmos os erros e as dores que provocamos para assim, quem sabe, transformarmos umas às outras.

Contudo, é importante ressaltar que esse medo é próprio do privilégio branco. Nós podemos nos dar ao luxo de termos receio de enfrentar nosso próprio racismo. Isso é possível porque as condições de vida das lésbicas brancas não serão diretamente afetadas caso não o façam; ao contrário, elas contribuirão para a manutenção de seu relativo poder – o da branquitude – na sociedade. Não são poucos os argumentos utilizados para esquivar-se de refletir sobre privilégio branco e racismo, como alegações de que “não sei o que fazer” e “este não é meu lugar de fala” – como se o fato de não sermos negras implicasse que não temos nenhuma relação com este problema estruturante da nossa sociedade.

Audre Lorde (2019 [1984]), em *As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande*, criticou como as feministas brancas evadem sua responsabilidade frente ao racismo. Agimos como se não fosse um assunto que nos interpela e convoca à reflexão, o que significa dizer, em outras palavras, que o racismo é um problema das pessoas negras – uma contradição, pois a principal base de sustentação do racismo é a branquitude. Em outro artigo, *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, Lorde (2019 [1984]) afirmou que é necessário enfrentar o medo e romper o silêncio, numa busca por nos expressarmos, visibilizarmos nossas diferenças e aprendermos a trabalhar com elas. Não são as diferenças, mas o medo, o que nos imobiliza. O silêncio contribui para que as diferenças se transformem em desigualdades, sendo utilizado como uma arma da branquitude para a manutenção do seu poder, sobretudo quando o que está em jogo é a perda de privilégios.

Romper com o silêncio em relação ao nosso racismo implicaria, por exemplo, em questionar como a branquitude nos coloca em um lugar de aprovação social, ainda que sejamos lésbicas. É evidente que o regime político da heterossexualidade (WITTIG, 2006) violenta as lésbicas como um grupo social, mas é necessário entender que nos impacta de maneiras diferentes. Talvez a branquitude atue como uma espécie de “mecanismo de compensação”, blindando-nos em alguma medida da lesbofobia, por meio dos acessos que ela nos permite (educação, trabalho, capital cultural e intelectual etc.).

No final de 2018, participei, em São Paulo, do *workshop* “Privilégio branco: uma questão feminista (?)”, ministrado pela escritora e ativista Tatiana Nascimento.² Nele aprendi que é urgente começarmos um processo de escrutínio e crítica de nossas práticas racistas, antes

² Tatiana Nascimento também é, junto com Bárbara Esmênia, sócia-fundadora da padê editorial, pela qual publicou recentemente *leve sua culpa branca para a terapia* (2019).

de querermos “prestar contas” ou “provar” nosso antirracismo. Precisamos ter sinceridade com os nossos propósitos e isso implica, necessariamente, autocrítica constante. Menos discurso e mais ação: é necessário que a branquitude se responsabilize coletivamente pelo racismo e pelos danos causados às pessoas ao nosso redor.

Branquitude e modernidade colonial

De acordo com Fátima Lima (2018), a noção de raça permitiu a consolidação da modernidade e do processo de colonização: o seu advento coincidiu com o princípio da definição de raça e sua transformação, ao longo de múltiplos processos históricos, em uma matriz de dominação. Por exemplo, no caso das práticas eugênicas do final do século XIX e início do século XX, que buscaram classificar e controlar as raças ditas “degeneradas” (LIMA, 2018, p. 75-76). Portanto, a branquitude, enquanto identidade racial de pessoas brancas, foi concebida como um construto ideológico de poder que nasceu com a modernidade colonial (SILVA, 2017, p. 28). Isso implica que, historicamente, o ideal de humanidade tem sido equivalente a ser branco/a, de modo que a branquitude instaurou-se como um poder e uma norma inquestionados.

Considerando a multiplicidade e inseparabilidade das estruturas de opressão, Paola Bacchetta entende que os seus mecanismos de articulação produzem visibilidades e invisibilidades, acarretando o que a autora denomina “co-produções” (BACCHETTA, 2009). O conceito refere-se às diferentes condições materiais, formações subjetivas e formas de intervenção no presente disponíveis no campo de possibilidades de cada sujeito. Assim, se o parâmetro de humanidade é branco, o poder da branquitude não necessariamente é visibilizado, podendo adquirir roupagens de “neutralidade”. De igual maneira, ao produzir o Outro negro, não-branco e/ou racializado, as pessoas brancas não se enxergam como grupo racial (MIRANDA, 2017, p. 57). Esta “invisibilidade” da branquitude contribui para sua reafirmação como universalidade e como autorreferenciação, favorecendo a manutenção da dominação racial em âmbitos materiais, epistêmicos, psicológicos e econômicos.

No caso brasileiro, a noção de co-formações possibilita compreender que as lésbicas brancas, apesar de subalternizadas por seu corpo sexuado e por sua ruptura com a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), possuem uma posição de poder construída historicamente frente às lésbicas negras e, inclusive, frente a outros sujeitos marginalizados por mecanismos de classe e raça/etnia. Este poder se expressa, por exemplo, na representatividade

lésbica nos meios de comunicação e nas referências teóricas, culturais e artísticas com maior circulação social.

A invisibilidade lésbica, questão amplamente debatida nos movimentos de lésbicas desde o final do século XX, também é atravessada pela branquitude. Em outras palavras, lésbicas brancas são aquelas com maior visibilidade no Brasil. Pensemos em cantoras, atrizes e escritoras – provavelmente os primeiros nomes que virão à mente são de lésbicas brancas. A própria referência à Safo, que se transformou em uma espécie “ícone lésbico” entre as ativistas (LEITE, 2017), remonta a um ideal ocidental e branco.

Bachetta (2009) apresenta ainda o conceito de “co-produções”, que evidencia a capacidade dos mecanismos de dominação de transformar-se e adaptar-se, de acordo com processos históricos, questões geopolíticas e territoriais que são coextensivas. Portanto, a co-produção assume a forma de um *continuum* histórico de dominação, que na era da globalização neoliberal ainda não se desvencilhou da colonialidade do poder. O conceito permite elucidar, para o caso brasileiro, as heranças da escravidão, políticas históricas de embranquecimento, formas de epistemicídio, marginalização social, entre outras ferramentas utilizadas para a manutenção da dominação racial. De acordo com Fátima Lima:

[...] a colonialidade à brasileira assumiu características bem específicas, como a construção do que se designa como o mito da democracia racial, o imperativo da miscigenação e o processo de embranquecimento da população preta brasileira. Essas construções formam um conjunto semiótico que se materializa e evidencia como as práticas discursivas racistas são, muitas vezes, silenciosas e/ou mascaradas por outros discursos que – quando expostos – visibilizam as suas faces mais perversas. (LIMA, 2018, p. 76-77)

O caso da política migratória do estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX é bastante elucidativo da problematização feita por Lima (2018). Os fazendeiros paulistas, recém-ex-escravocratas, com o apoio do Estado – que realizou empréstimos da Inglaterra e investiu seus próprios fundos –, criaram sociedades privadas que deveriam promover a imigração, sobretudo italiana, para a região. Informados pelo racismo científico e pela ideologia da vadiagem, fazendeiros e legisladores argumentaram pela inserção da mão de obra estrangeira por ser “mais trabalhadora” e “mais rentável”. No entanto, o propósito das elites paulistas era manter as pessoas negras libertas fora do mercado de trabalho e marginalizadas nas cidades. Ademais, o projeto de imigração também teve como objetivo embranquecer a população o que, de acordo com as teorias raciais de início do século XX, propiciaria o “melhoramento da raça” (HALL, 2003). Tratou-se de uma política de Estado que visava construir um projeto nacional com base no embranquecimento da população.



As mulheres brancas, longe de terem estado alheias, ocuparam um lugar específico nesses processos. De acordo com Martínez, elas foram “as mães biológicas e simbólicas da colônia e, posteriormente, da nação”. Na América Latina, a sobrevalorização das mulheres brancas cumpre a função, na modernidade, de transformá-las na garantia da “ordem, do bom funcionamento e da regulação de um sistema de gênero colonial, que opera proibindo-lhes o incesto, a homossexualidade, a ruptura da divisão sexual do trabalho e da mestiçagem com o fim de garantir a pureza racial” (MARTÍNEZ, 2018, p. 6, tradução minha).

Trata-se, portanto, de um *continuum* histórico de imposição, por diversas formas de violência, da superioridade racial branca. Inevitavelmente, lésbicas brancas se beneficiam, consciente e inconscientemente, dessas estruturas e dinâmicas sociais. Em relação ao feminicídio, é sabido que, nos últimos anos, as taxas relativas às mulheres brancas diminuíram, ao passo que para as mulheres negras aumentaram.³

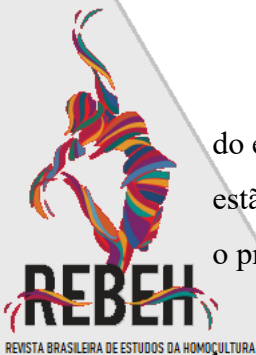
A branquitude é um lugar que ocupamos no mundo

Segundo Catherine Crisp (2014), privilégio e opressão são codependentes. Os sistemas de opressão também produzem privilégios, permitindo que determinados sujeitos se beneficiem e consigam vantagens estruturais às custas da subalternização dos demais. O privilégio branco, enquanto principal base de sustentação do racismo, reitera desigualdades sociais, ao mesmo tempo que favorece a construção negativa de subjetividades individuais e coletivas, a negação de direitos para pessoas negras e a descaracterização da discussão racial. Desta maneira, se instalam as principais barreiras para a efetivação de ações antirracistas (JESUS, 2017).

No que diz respeito às lesbianidades, vale mencionar que a condição lésbica, ou seja, “a existência lésbica em sociedade [...], [é] permeada por relações diversas (positivas e negativas, por exemplo), em meio as dinâmicas proporcionadas por essa sociedade heteropatriarcal, racista, classista e capitalista” (SOARES & PERES, 2019, 56). Portanto, dada a pluralidade de experiências que atravessam as lésbicas, torna-se necessário compreender os impactos do privilégio branco na própria condição lésbica.

A branquitude não só confere mais acessos e maior aceitabilidade social às lésbicas brancas, mas também as coloca dentro do padrão de beleza e de corpos desejáveis, sendo os principais alvos de afeto e cuidado dentro do grupo social no qual estão inseridas – uma herança

³ Dados do Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acessado em 01 dez. 2018. Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh



do estabelecimento da branquitude como sinônimo de humanidade. No Brasil, lésbicas brancas estão sujeitas a diversas formas de violência lesbofóbica e lesbocida, mas nenhuma delas anula o privilégio branco, nem o fato de que nos beneficiamos dele ao longo de nossas vidas.

Isso foi o que aprendi, quando participei, em agosto de 2019, da oficina “Privilégio branco e racismo entre lésbicas”, promovida pela Coletiva Visibilidade Lésbica de Campinas.⁴ Norteadada pela pergunta “O que é ser lésbica branca no Brasil?”, a atividade buscou incitar reflexões sobre os distintos lugares sociais ocupados por lésbicas brancas e não-brancas, os impactos da branquitude/do racismo nas relações entre lésbicas e as possibilidades de construir relações menos desiguais e mais saudáveis entre nós.

Compreendi que, para além de proferir um discurso antirracista (muitas vezes restrito às palavras proferidas), é necessária uma transformação completa das nossas formas de pensar e agir. É necessário questionar-se cotidianamente, constantemente, sobre como estamos nos beneficiando do privilégio branco e, conseqüentemente, contribuindo para a subalternização de outras pessoas. É necessário repensar como construímos as nossas relações e quem priorizamos (ou deixamos de priorizar) ao fazê-lo. Ao mesmo tempo, assumir que a branquitude é um lugar que ocupamos no mundo e, como tal, nos tornamos responsáveis pelos impactos dela. Trata-se menos de (tentar) usar nossos privilégios a favor de outras pessoas oprimidas (enquanto houver privilégios, haverá desigualdades), e mais de responsabilizar-se coletivamente pelo racismo.

Essas reflexões, que apenas dão seus primeiros passos, me remeteram aos escritos de Ochy Curiel, uma das articuladoras do feminismo decolonial latino-americano. A autora defende a necessidade de construir um projeto político que permita compreender como se manifesta o sistema-mundo heteropatriarcal, racista e neoliberal em nossos corpos e nossas vidas. Nesta direção, Curiel argumenta que isso somente será possível com um processo de descolonização, entendido da seguinte maneira:

Para nós, a descolonização se trata de uma posição política que atravessa o pensamento e a ação individual e coletiva, nossos imaginários, nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de agir e de ser no mundo, criando uma espécie de “quilombismo” intelectual, de práticas sociais e da construção de pensamento próprio de acordo com as experiências concretas. Trata-se do questionamento do sujeito único, do eurocentrismo, do ocidentalismo, da colonialidade do poder, ao mesmo tempo que reconhece propostas como a hibridação, a polissemia, o pensamento outro, subalterno e fronteiriço. Essas propostas críticas do feminismo latino-americano e caribenho são posições de oposição ao feminismo ilustrado, branco, heterossexual, institucional e estatal, mas principalmente um feminismo que se pensa e repensa a si mesmo a partir

⁴ A Coletiva Visibilidade Lésbica divulga seu trabalho em redes sociais: <<https://www.facebook.com/visibilidadelesbicacps/>>. Acessado em 24 mar. 2020.

da necessidade de construir uma prática política que considere a imbricação dos sistemas de dominação como o sexismo, racismo, heterossexismo e capitalismo. (CURIEL, 2009, p. 3, tradução minha)

Portanto, descolonizar-se, enquanto um ato político de questionamento de privilégios e de transformação do pensamento e da ação, é uma tarefa urgente para todas as lésbicas brancas. Precisamos romper com o medo e o silêncio, na busca por ferramentas de análise do racismo e colonialismo que temos tão enraizados em nossas mentes e nossos corpos. Precisamos transformar nossa branquitude em consciência do privilégio, para que práticas antirracistas possam tornar-se uma realidade. E este questionamento deverá atravessar todos os âmbitos de nossas vidas, a partir de reflexões individuais e coletivas, modificando por completo nossas relações, e fomentando uma luta consciente e constante pela destruição das estruturas de raça e classe que nos privilegiam tão cotidianamente.

Referências

BACHETTA, P. Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistências. In: TORNQUIST, C. et all (orgs.) **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**, v.1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

CRISP, C. **White and Lesbian: Intersections of Privilege and Oppression**, Journal of Lesbian Studies, vol. 18, n. 2, 2014, p. 106-117. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10894160.2014.849161>>. Acessado em 19 mar. 2020.

CURIEL, O. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe**. Comunicação oral apresentada no Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Acessado em 01 mar.2020.

_____. **El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora**. Revista América Latina en Movimiento, 2007. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/17389>>. Acessado em 10 mar.2020

HALL, M. Os fazendeiros paulistas e a imigração. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. et all (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, p. 154-163.



JESUS, C. A persistência do privilégio da branca: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: CARDOSO, L.; MULLER, T. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. São Paulo: Appris, 2017, p. 66-79.

LEITE, L. **Safo de Lesbos: ícone lésbico?** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Mundo de Mulheres (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503336042_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_letticiabrl.pdf>. Acessado em 18 fev. 2020

LIMA, F. **Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas**. Cadernos de Gênero e Diversidade, vol. 4, n. 2, Salvador, 2018, pp. 66-82. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/issue/view/1604/showToc>. Acessado em 10/12/2018.

LORDE, A. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARTÍNEZ, M. T. G. **Oxímoron. Blanquitud y feminismo descolonial en Abya Yala**. Revista Descentrada, vol. 2, n. 2, 2018, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe050>>. Acessado em 05 fev. 2020


MIRANDA, J. Branquitude invisível – pessoas brancas e a não perspeção do privilégio: verdade ou hipocrisia? In: CARDOSO, L.; MULLER, T. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. São Paulo: Appris, 2017, p. 52-65.

MORAGA, C. La güera. In: MORAGA, C.; CASTILLO, A. (orgs.). **Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, Inc., 1988, p. 19-30.

REID, A. Imigração, 1890-1930. In: **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998, p. 93-147.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acessado em 15 mar. 2020

SILVA, P. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: CARDOSO, L.; MULLER, T. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. São Paulo: Appris, 2017, p. 22-33.



SOARES, S.; PERES, M. Aplicação da Perspectiva dos Funcionamentos ao debate das violências contra lésbicas e dos lesbocídios. In: SOARES, S; DIAS, M. C. (org.). **Mulheres: violências vividas**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019, p. 43-54.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Trad. Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Egales, 2006.

Recebido em: 16/01/2020

Aceito em: 30/01/2020